

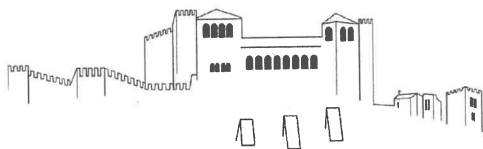
Município de Leiria
Grupo Autárquico

2019

**MUNICÍPIO DE LEIRIA
GRUPO AUTÁRQUICO**

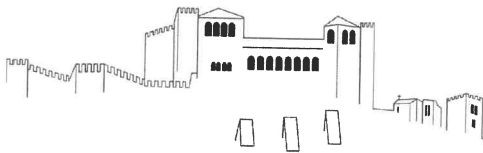
CONTAS

CONSOLIDADAS



Índice

I.	Introdução	3
II.	Demonstrações Financeiras Consolidadas	4
II.1	Balanço Consolidado	5
II.2	Demonstração Consolidada dos Resultados por Natureza	7
II.3	Mapa de Fluxos de Caixa Consolidado de Operações Orçamentais	8
III.	Anexo às Demonstrações Financeiras Consolidadas	9
III.1	Informações relativas às entidades incluídas no perímetro de consolidação e outras entidades participadas	10
III.2	Informações relativas à imagem verdadeira e apropriada	14
III.3	Informações relativas aos procedimentos de consolidação	14
III.4.	Informações relativas ao endividamento de médio e longo prazos	14
III.5	Informações sobre saldos e fluxos financeiros	17
III.6	Informações relativas a compromissos	18
III.7	Informações relativas a políticas contabilísticas	18
III.8	Informações relativas a determinadas rubricas	21
III.9	Informações Diversas	26
IV.	Relatório de Gestão Consolidado	29



I - Introdução

Em 2019 e de acordo com o estipulado na Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, que estabelece o regime financeiro das autarquias locais e das entidades intermunicipais (RFALEI) nomeadamente nos seus artigos 75.º e 76.º, os Municípios elaboram e aprovam as contas consolidadas com as entidades detidas ou participadas, de modo a que as mesmas sejam submetidas à apreciação da Assembleia Municipal durante a sessão ordinária do mês de junho do ano seguinte àquele a que respeitam.

No entanto, considerando a Lei n.º 1-A/2020, de 19 de março, que aprova as medidas excecionais e temporárias de resposta à situação epidemiológica provocada pelo coronavírus SARS-CoV-2 e da doença COVID-19, foi permitida a realização por videoconferência, ou outro meio digital, das reuniões dos órgãos deliberativos e executivos das autarquias locais, desde que haja condições técnicas para o efeito (n.º 3 do seu artigo 3.º), não obstante ao regular funcionamento do órgão a utilização destes meios, designadamente no que respeita a quórum e a deliberações, devendo, contudo, ficar registado na respetiva ata essa concreta forma de participação (artigo 5.º).

O grupo autárquico é composto pelo Município, como entidade mãe ou consolidante e pelas entidades controladas, de forma direta ou indireta, considerando-se que o controlo corresponde ao poder de gerir as políticas financeiras e operacionais de uma outra entidade a fim de beneficiar das suas atividades.

Os documentos de prestação de contas consolidadas constituem um todo e compreendem o relatório de gestão e as seguintes demonstrações financeiras:

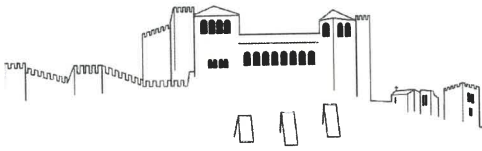
- Balanço Consolidado;
- Demonstração Consolidada dos Resultados por Natureza;
- Mapa de Fluxos de Caixa Consolidado de Operações Orçamentais;
- Anexo às Demonstrações Financeiras Consolidadas.

O Anexo às Demonstrações Financeiras Consolidadas deve conter a divulgação de notas específicas relativas à consolidação de contas, incluindo os saldos e os fluxos financeiros entre as entidades alvo da consolidação e o mapa de endividamento consolidado de médio e longo prazo e o mapa da dívida bruta consolidada, desagregado por maturidade e natureza.

O Município de Leiria apresenta as demonstrações financeiras consolidadas, de acordo com o Plano Oficial de Contabilidade (POCAL), relativas ao exercício de 2019, reportado à data de 31 de dezembro.

As demonstrações financeiras consolidadas do grupo municipal foram efetuadas segundo as normas previstas na Portaria 474/2010, de 15 de junho, através da qual é aprovada a orientação n.º 1/2010, «Orientação genérica relativa à consolidação de contas no âmbito do sector público administrativo», que estabelece um conjunto de princípios que devem estar subjacentes à consolidação e contas.

Prestação de Contas Consolidadas 2019



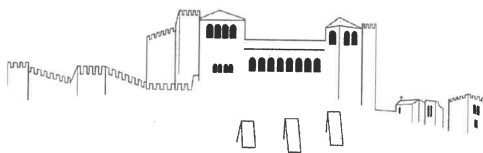
II. Demonstrações Financeiras Consolidadas

II.1 Balanço Consolidado

II.2 Demonstração Consolidada dos Resultados
por Natureza

II.3 Mapa de Fluxos de Caixa Consolidado de
Operações Orçamentais





Município de Leiria

Grupo Autárquico

II.1 - Balanço Consolidado

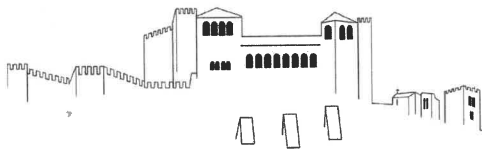
ENTIDADE: Grupo Autárquico

DESCRIÇÃO	Ano: 2019			Ano:2018
	Inicial			
	AB	A/P	AL	
ACTIVO				
IMOBILIZADO:				
Bens de domínio público:				
Terrenos e recursos naturais	8 546 419,85	-	8 546 419,85	8 173 459,98
Outras construções e infra-estruturas	89 560 159,70	53 500 093,32	36 060 066,38	32 961 246,09
Bens do património histórico, artístico e cultural	321 038,86	134 147,48	186 891,38	172 342,24
Imobilizações em curso	17 944 963,18	-	17 944 963,18	17 948 963,18
	116 372 581,59	53 634 240,80	62 738 340,79	59 256 011,49
Imobilizações incorpóreas:				
Despesas de instalação	1 447 510,45	1 447 510,45	-	-
Despesas de investigação e desenv.	-	-	-	-
Propriedade industrial e out. dir.	3 230 843,30	2 757 534,25	473 309,05	254 581,80
Imobilizações em curso	1 310,62	-	1 310,62	94 012,32
	4 679 664,37	4 205 044,70	474 619,67	348 594,12
Imobilizações corpóreas:				
Terrenos e recursos naturais	21 611 293,37	-	21 611 293,37	20 782 564,26
Edifícios e outras construções	224 665 711,93	90 957 063,76	133 708 648,17	126 560 451,10
Equipamento básico	21 940 084,84	17 528 807,72	4 411 277,12	3 990 972,68
Equipamento de transporte	1 460 820,27	1 173 155,42	287 664,85	275 130,40
Ferramentas e utensílios	144 033,83	129 945,95	14 087,88	7 070,26
Equipamento administrativo	6 643 213,12	5 231 202,28	1 412 010,84	1 356 456,11
Taras e Vasilhames	4 430,00	3 575,49	854,51	1 045,84
Outras imobilizações corpóreas	928 292,48	623 471,31	304 821,17	261 036,66
Imobilizações em curso	58 248 643,95	-	58 248 643,95	66 850 931,74
	335 646 523,79	115 647 221,93	219 999 301,86	220 085 659,05
Investimentos financeiros:				
Partes de capital	6 159 485,89	-	6 159 485,89	6 106 345,77
Investimentos em imoveis	1 504 492,95	235 431,69	1 269 061,26	1 328 270,82
Imobilizações em curso	10 829 503,33	-	10 829 503,33	10 829 503,33
Outras Aplicações Financeiras	767,19	-	767,19	579,30
	18 494 249,36	235 431,69	18 258 817,67	18 264 699,22
	475 193 019,11	173 721 939,12	301 471 079,99	297 954 963,88
CIRCULANTE:				
Existências:				
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	693 395,76	6 309,05	687 086,71	653 116,75
Produtos e trabalhos em curso	-	-	-	-
Produtos acabados e intermédios	15 343,59	-	15 343,59	-
Mercadorias	2 640,38	-	2 640,38	3 562,49
	711 379,73	6 309,05	705 070,68	656 679,24
Dívidas de terceiros- Curto prazo:				
Empréstimos concedidos	-	-	-	-
Clientes, c/c	93 711,34	-	93 711,34	102 666,31
Contribuintes c/c	86 703,65	-	86 703,65	104 008,99
Utentes, c/c	2 227 292,37	-	2 227 292,37	2 638 413,77
Clientes de cobrança duvidosa	2 662 879,89	2 585 329,68	77 550,21	274 068,75
Adiantamentos a fornecedores	-	-	-	692,96
Estado e outros entes públicos	112 441,10	-	112 441,10	55 231,42
Administração autárquica	-	-	-	-
Outros devedores	2 306 483,33	-	2 306 483,33	2 462 579,19
	7 489 511,68	2 585 329,68	4 904 182,00	5 637 661,39
Títulos negociáveis:				
Outros títulos negociáveis	-	-	-	-
Depósitos bancários e caixa:				
Depósitos a Prazo	-	-	-	-
Depósitos bancários	58 118 783,85	-	58 118 783,85	63 015 191,45
Caixa	4 572,69	-	4 572,69	6 535,50
	58 123 356,54	-	58 123 356,54	63 021 726,95
ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS:				
Acrescimos de proveitos	28 729 264,33	-	28 729 264,33	28 424 171,79
Custos diferidos	160 742,01	-	160 742,01	242 504,16
	28 890 006,34	-	28 890 006,34	28 666 675,95
Total de amortizações		173 721 939,12		
Total de provisões		2 591 638,73		
Total do activo	570 407 273,40	176 313 577,85	394 093 695,55	395 937 707,41

Prestação de Contas Consolidadas 2019

• Largo da República, 2414-006 Leiria • N.I.P.C.: 505 181 266 •

• Telefone: 244 839 500 • N.º Verde: 800 202 791 • Sítio: www.cm-leiria.pt • email: cmleiria@cm-leiria.pt •

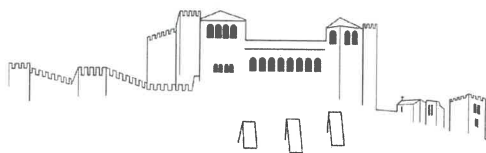


Município de Leiria

Grupo Autárquico

ENTIDADE: Grupo Autárquico	Ano: 2019	Ano: 2018
DESCRICÃO	Final	
FUNDOS PRÓPRIOS E PASSIVO		
Fundos Próprios:		
Património	124 361 673,54	123 125 733,01
Prestações suplementares	-	-
Prémios de emissão de acções (quotas)	-	-
Ajustamentos de partes de capital em associadas	226 232,41	206 739,52
Reservas de reavaliação	163 047,40	163 047,40
Reservas:	-	-
Reservas legais	27 646 776,13	26 672 529,18
Reservas estatutárias	-	-
Reservas livres	55 673,33	55 673,33
Subsídios	58 178,59	58 178,59
Reservas Doações	5 989 879,91	5 987 833,57
Reservas Transf. Activos	12 487 726,65	12 487 726,65
Resultados transitados	83 621 013,83	72 199 106,17
Subtotal	254 610 201,79	240 956 567,42
Resultado líquido do exercício	10 835 798,23	16 371 054,87
Total dos Fundos Próprios	<u>265 446 000,02</u>	<u>257 327 622,29</u>
Passivo:		
Provisões para riscos e encargos:		
Outras provisões para riscos e encargos	5 661 708,53	6 079 355,19
	<u>5 661 708,53</u>	<u>6 079 355,19</u>
Dívidas a terceiros - Médio e longo prazo:		
Dívidas a instituições de crédito	20 175 653,47	28 154 020,61
Empréstimos obtidos	-	-
Outros credores	-	118 661,75
Fornecedores de imobilizado	-	39 662,94
Empresas do grupo	-	-
Administração Autárquica	-	-
	<u>20 175 653,47</u>	<u>28 312 345,30</u>
Dívidas a terceiros - Curto prazo:		
Empréstimos obtidos	3 479 664,50	3 765 760,38
Fornecedores, c/c	715 953,89	748 241,08
Fornecedores - facturas em recepção e conferência	336 857,11	378 501,29
Credores pela execução orçamento	-	-
Adiantamentos de clientes	65 149,30	267 886,10
Fornecedores de imobilizado, c/c	85 394,03	4 600,84
Estado e outros entes públicos	(67 396,07)	337 440,70
Administração Autárquica	3 437 222,07	2 938 200,46
Outros credores	1 815 673,60	1 968 684,33
Garantias e cauções	1 779 816,52	1 201 625,64
	<u>11 648 334,95</u>	<u>11 610 940,82</u>
Acréscimos e diferimentos:		
Acréscimos de custos	3 824 114,91	2 703 137,61
Proveitos diferidos	87 337 883,67	89 904 306,20
	<u>91 161 998,58</u>	<u>92 607 443,81</u>
Total do Passivo	<u>128 647 695,53</u>	<u>138 610 085,12</u>
Total dos Fundos Prop. e do Passivo	<u>394 093 695,55</u>	<u>395 937 707,41</u>

Prestação de Contas Consolidadas 2019

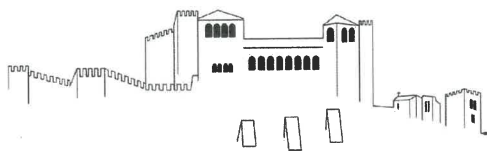


II.2 – Demonstração Consolidada dos Resultados por Natureza

Entidade: Grupo Autárquico

CUSTOS E PERDAS		2019	2018
Custo das mercadorias vendidas e das matérias			
61 consumidas:			
Mercadorias		81 022,12	51 854,23
Matérias		4 434 604,83	764 020,86
		4 515 626,95	815 875,09
62 Fornecimentos e serviços externos		29 208 089,70	29 487 650,37
Custos com o pessoal:			
641+642 Remunerações		13 894 033,06	13 221 308,08
643 a 648 Encargos sociais		3 837 027,15	3 605 746,94
63 Transferências e Sub Corr Conc e Prest Sociais		3 932 582,33	3 331 667,46
66 Amortizações do imobilizado corpóreo e incorpóreo		14 145 351,26	12 847 418,72
67 Provisões		181 079,06	852 481,24
		35 990 072,86	33 858 622,44
Impostos		-	-
65 Outros custos operacionais		408 008,67	353 327,05
		408 008,67	353 327,05
Total A)		70 121 798,18	64 515 474,95
Perdas em empresas do grupo		-	-
68 Outros juros e custos similares		949 252,79	1 068 006,31
		949 252,79	1 068 006,31
Total C)		71 071 050,97	65 583 481,26
69 Custos e perdas extraordinários		5 506 242,96	5 360 277,25
		5 506 242,96	5 360 277,25
Total E)		76 577 293,93	70 943 758,51
Imposto sobre o rendimento do exercício		-	-
Total G)		76 577 293,93	70 943 758,51
88 Resultado líquido do exercício consolidado		10 835 798,23	16 371 054,87
		10 835 798,23	16 371 054,87
		87 413 092,16	87 314 813,38
PROVEITOS E GANHOS		2019	2018
Vendas e prestações de serviços			
7111 Mercadorias		41 494,17	14 559,67
7112+7112 Produtos		6 044 093,80	9 114 720,16
712 Prestações de serviços		14 765 799,56	10 632 464,79
		20 851 387,53	19 761 744,62
72 Impostos e Taxas		34 693 271,63	35 255 960,73
Variação da produção		15 343,59	-
75 Trabalhos para propria Entidade		126 537,55	25 844,36
73 Proveitos suplementares		58 796,02	23 832,29
74 Transfe Subsídios Obtidos		22 238 586,64	20 911 618,87
76 Outros proveitos e ganhos operacionais		186 229,65	42 291,37
		57 318 765,08	56 259 547,62
Total B)		78 170 152,61	76 021 292,24
Ganhos em empresas do grupo		-	-
78 Outros juros e proveitos similares		3 269 553,66	3 403 446,10
		3 269 553,66	3 403 446,10
Total D)		81 439 706,27	79 424 738,34
79 Proveitos e ganhos extraordinários		5 973 385,89	7 890 075,04
Outros		-	-
		5 973 385,89	7 890 075,04
Total F)		87 413 092,16	87 314 813,38
Resultados Operacionais (B)-(A):		8 048 354,43	11 505 817,29
Resultados Financeiros (D-B)-(C-A):		2 320 300,87	2 335 439,79
Resultados Correntes (D-C)		10 368 655,30	13 841 257,08
Resultado Líquido Consolidado (F-G):		10 835 798,23	16 371 054,87
Resultados Extraordinários		467 142,93	2 529 797,79

Prestação de Contas Consolidadas 2019



II.3 – Mapa de Fluxos de Caixa Consolidados de Operações Orçamentais

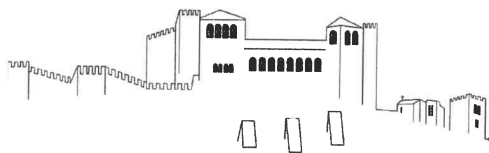
Recebimentos		Pagamentos	
Saldo da gestão anterior	63 021 726,95	Despesas Orçamentais	96 262 641,26
Execução orçamental	60 251 918,60	Correntes	56 423 940,24
Operações de tesouraria	2 769 808,35	Capital	39 838 701,02
Receitas Orçamentais	87 114 744,93	Operações de Tesouraria	4 480 547,94
Correntes	81 924 556,60	Saldo para a gestão seguinte	58 123 356,54
Capital	5 048 887,33	Execução orçamental	51 104 022,27
Outras	141 301,00	Operações de tesouraria	7 019 334,27
Operações de Tesouraria	8 730 073,86		
Total	158 866 545,74	Total	158 866 545,74

O Mapa de Fluxos de Caixa Consolidado funciona como um documento síntese de toda a execução orçamental do grupo autárquico, articulando e equilibrando os recebimentos e os pagamentos, quer de operações orçamentais quer de operações de tesouraria.

O resultado dos movimentos financeiros ocorridos no grupo autárquico como um todo durante o ano de 2019 aparece refletido no mapa supra, verificando-se que as entradas de fundos correspondem a €95 844 818,79, sendo €87 114 744,93 provenientes de receitas orçamentais e €8 730 073,86 resultantes de operações de tesouraria.

Desta forma, sendo a despesa global de €96 262 641,26 em termos orçamentais, superior em €9 147 896,33 em relação à receita efectivamente cobrada e existindo um saldo inicial de €60 251 918,60, o saldo a transitar para o ano seguinte é de €51 104 022,27.

Ao saldo anteriormente referido, acrescem €7 019 334,27 como saldo de operações de tesouraria.

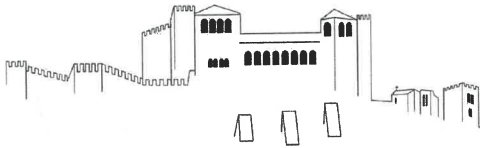


★★★★★★

III. Anexo às Demonstrações Financeiras Consolidadas

- III.1 Informações relativas às entidades incluídas no perímetro de consolidação e outras entidades participadas
- III.2 Informações relativas à imagem verdadeira e apropriada
- III.3 Informações relativas aos procedimentos de consolidação
- III.4 Informações relativas ao endividamento de médio e longo prazos
- III.5 Informações sobre saldos e fluxos financeiros
- III.6 Informações relativas a compromissos
- III.7 Informações relativas a políticas contabilísticas
- III.8 Informações relativas a determinadas rubricas
- III.9 Informações Diversas

★★★★★★★★★★



III.1 Informações relativas às entidades incluídas no perímetro de consolidação e outras entidades participadas

III.1.1. Entidades incluídas no perímetro de consolidação

De acordo com a Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, que estabelece o regime financeiro das autarquias locais e das entidades intermunicipais (RFALEI), tendo em conta as normas previstas na Portaria 474/2010, de 15 de junho, através da qual é aprovada a orientação n.º 1/2010, que estabelece um conjunto de princípios que devem estar subjacentes à consolidação e contas e face às instruções do grupo de trabalho SATAPOCAL, as entidades que, para além do Município, fazem parte do perímetro de consolidação do Grupo Autárquico as empresas do sector empresarial local detidas na totalidade e os serviços municipalizados.

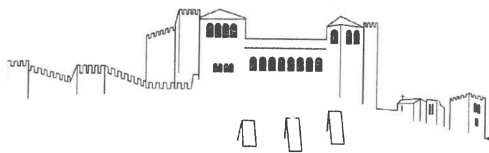
Assim, à data de 31 de dezembro de 2019, o grupo consolidante é o seguinte:

Entidades	Sede Social	Actividade Principal	N.º Trabalhadores	% de capital	Obs.
Município de Leiria	Largo da República, Leiria	Atividades nos seguintes domínios: equipamento rural e urbana, energia, transportes e comunicações, educação, património, cultura e ciência, tempos livres e desporto, saúde, acção social, habitação, proteção civil, ambiente e saneamento básico, defesa do consumidor, promoção do desenvolvimento, ordenamento do território e urbanismo, polícia municipal e cooperação externa;	662	NA	a)
Serviços Municipalizados Águas e Saneamento	Apartado 71 - EC Marrazes - 2416-757 Leiria	Captação, tratamento e distribuição de água para consumo doméstico, industrial, comercial, público e outro. Prestação de serviços de saneamento com recolha e transporte de águas residuais;	145	100%	b)
Teatro José Lúcio da Silva	Av. Heróis de Angola, Leiria	Produção de espetáculos e actividades culturais;	20	100%	c)

a) Entidade-mãe obrigada à elaboração de demonstrações financeiras consolidadas, nos termos do n.º 2 do artigo 75.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro

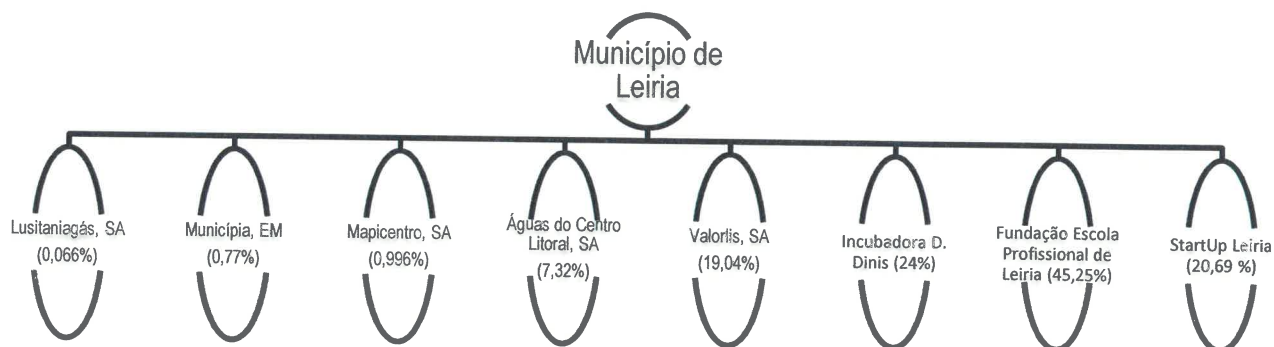
b) Entidade controlada a 100% pelo Município de Leiria, de acordo com a alínea a) do n.º 4 do artigo 75.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro

c) Entidade considerada como serviço municipalizado no processo de consolidação, sendo controlada a 100% pelo Município de Leiria



III.1.2. Entidades participadas excluídas do perímetro de consolidação

O Município de Leiria detém outras participações em entidades com percentagem inferiores a 100% e onde não existe qualquer relação de domínio. A natureza e as actividades desenvolvidas por essas entidades são as seguintes:



Lusitaniagás – Companhia de Gás do Centro, SA

Concessionária de serviço público de distribuição de gás natural na Região Centro, foi constituída em 30 de janeiro de 1992, tem sede em Aveiro e assinou o Contrato de Concessão com o Estado Português a 16 de Dezembro de 1993, tendo iniciado a sua atividade no ano seguinte.

Muncípiã, Empresa de Cartografia e Sistemas de Informação, E.M, SA

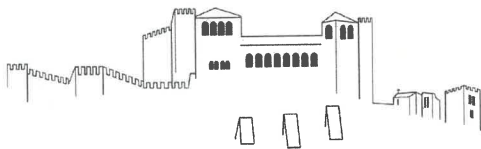
É uma sociedade anónima, enquadrada juridicamente no sector empresarial local, que opera nas áreas da fotografia aérea, cadastro, cartografia, formação, consultoria, sistemas de informação geográfica e desenvolvimento de aplicações. Atua no território continental, nas regiões autónomas e também em África. Foi fundada em 1999 e está sedeada no TagusPark, em Oeiras.

Mapicentro - Sociedade de Abate, Comercialização e Transformação de Carnes e Subprodutos SA,

A sociedade tem por objeto a atividade de abate de gado, dando sempre prioridade aos abates a efetuar em regime de prestações de serviços a terceiros para abastecimentos público em carnes verdes dos concelhos de Alcobaça, Batalha, Leiria, Marinha Grande, Nazaré, Pombal e Porto de Mós e ainda a industrialização de carnes, seus produtos e derivados e tem a sua sede em Leiria.

Águas do Centro Litoral, SA

A partir de 30 de junho de 2015, data de entrada em vigor do Decreto-lei n.º 92/2015, de 29 de maio, o sistema multimunicipal de abastecimento de água e saneamento de águas residuais do baixo Mondego – Bairrada (Águas do Mondego, S.A.) e sistema multimunicipal de saneamento do Lis (Simlis, S.A.), entre



outros, passaram a integrar, por agregação, o novo Sistema Multimunicipal de Abastecimento de Água e de Saneamento do Centro Litoral, cuja denominação social da entidade é Aguas do Centro Litoral, S.A.

Assim, as participações que o Município de Leiria detinha nas entidades agora agregadas, converteram-se na participação nas Aguas do Centro Litoral, S.A., cuja principal atividade é o tratamento de águas residuais após a sua recolha e ainda a captação, tratamento e distribuição de águas.

Valorlis - Valorização e Tratamento de Resíduos Sólidos, SA

Criada a 6 de agosto de 1996, pelo Decreto-Lei 116/96, é uma empresa participada pela EGF - Empresa Geral de Fomento, S.A. e pelos Municípios de Batalha, Leiria, Marinha Grande, Ourém, Pombal e Porto de Mós e está sediada em Leiria. O seu objetivo é a valorização e tratamento dos Resíduos Sólidos Urbanos (RSU) da Alta Estremadura.

Incubadora D. Dinis

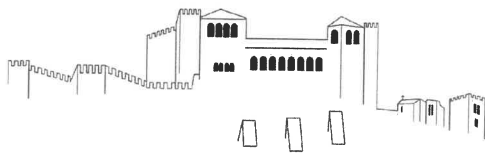
Entidade criada em julho de 2014 pelo Instituto Politécnico de Leiria, Nerlei e Município de Leiria, com a colaboração do Instituto Pedro Nunes e com sede em Leiria. Tem como missão criar uma infra-estrutura que responda às necessidades atuais e futuras da Região ao nível da produção científica, do acolhimento a entidades e empresas de elevado potencial tecnológico, da formação avançada em ciência e tecnologia e do fomento ao empreendedorismo empresarial em áreas tecnológicas.

Fundação Escola Profissional de Leiria

Foi criada no dia 4 de outubro de 1989, data da celebração do contrato-programa que lhe conferiu existência legal, nos termos do disposto no Decreto-Lei nº 26/89, de 21 de Janeiro, com a alteração publicada no 3º suplemento da 1ª série do D.R. de 31 de Janeiro de 1989. Foram outorgantes, o Estado, representado pelo Gabinete de Educação Tecnológica Artística e Profissional, a Câmara Municipal de Leiria e a Associação Comercial de Leiria, hoje Associação Comercial e Industrial de Leiria. A 1 de Agosto de 1999, passou a designar-se Fundação Escola Profissional de Leiria. Porém, os seus objetivos mantêm-se: assegurar a consolidação do projeto da EPL, abrindo-o à participação de instituições e pessoas singulares, aprofundando a inserção da escola na região e reforçando os meios indispensáveis ao desenvolvimento das atividades de formação profissional inicial e contínua, atividades de inserção na vida ativa e outras a que se vem dedicando ou que, no futuro, seja útil realizar na prossecução dos fins da Fundação. A sede da fundação é em Leiria.

StarUp Leiria

A Startup Leiria, associação para o empreendedorismo e inovação – STARTUPLRA é uma associação de direito privado, sem fins lucrativos, constituída em 27 de junho de 2018, tendo por objeto a promoção do empreendedorismo e inovação nas áreas designadas por novas tecnologias e indústria 4.0. Para a



prosseção do seu objeto, desenvolve atividades, que promovam ideias empreendedoras e que conduzam à constituição, instalação e desenvolvimento de novas empresas de base tecnológica, na região de Leiria, proporcionando-lhes adequadas condições, contribuindo para a dinamização e rejuvenescimento do tecido empresarial Leiriense.

Nos termos do disposto na Portaria n.º 474/2010, de 1 de julho, que aprova a Orientação n.º 1/2010, «Orientação genérica relativa à consolidação de contas no âmbito do sector público administrativo», foi aplicado o Método de Equivalência Patrimonial como critério valorimétrico para as participações financeiras. De acordo com alínea c) do ponto 6.5 da Orientação n.º 1/2010, o Método de Equivalência Patrimonial aplica-se quando uma entidade pertencente ao grupo público exerce influência significativa sobre a gestão operacional e financeira de uma entidade.

Para efeitos de aplicação do Método de Equivalência Patrimonial, a Orientação n.º 1/2010 remete-nos para a Norma de Contabilidade e Relato Financeiro (NCRF) n.º 13, publicada no Aviso n.º 15655/2009, de 7 de setembro. De acordo com o parágrafo 19 da NCRF n.º 13, uma entidade tem influência significativa se detiver 20% ou mais do poder de voto na entidade participada.

As entidades a enquadrar neste âmbito são as seguintes:

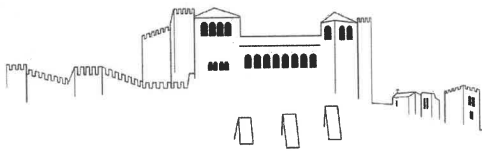
Entidade	%	Valor Aquisição Participação
Fundação Escola Profissional	45%	50.000,00
Incubadora D. Dinis	24%	47.500,00
StarUp Leiria	20,69%	6.000,00

As participações financeiras detidas pelo Município e em que este não tem influência significativa, ou seja, as inferiores a 20%, encontram-se registadas ao custo de aquisição. Sempre que o custo de aquisição é inferior ao preço de mercado devem ser constituídas provisões para depreciação de investimentos financeiros.

Nestes termos, o Município detém as seguintes participações à data de 31 de dezembro de 2019:

Entidade	%	Valor Aquisição Participação
Valorlis, SA	19,04%	380.800,00
Águas do Centro Litoral, SA	7,32%	2.942.781,00
Centimfe	1,00%	3.741,00
Mapicentro, SA	0,99%	22.750,00
Município, SA	0,77%	24.950,00
Lusitaniagás, SA	0,07%	13.615,00

Prestação de Contas Consolidadas 2019



III.2 – Informações relativas à imagem verdadeira e apropriada

No exercício de 2019, não foram identificados acontecimentos que possam colocar em causa a imagem verdadeira e apropriada das contas do grupo autárquico municipal.

III.3 – Informações relativas aos procedimentos de consolidação

Tendo em consideração o perímetro de consolidação e à semelhança dos anos transatos aplicou-se ao processo de consolidação o método da simples agregação. Este método traduz-se na soma algébrica dos balanços, das demonstrações dos resultados e dos mapas de execução orçamental das entidades pertencentes ao grupo público, sendo obrigatória a eliminação, designadamente, dos saldos, das transacções, das transferências e subsídios e dos resultados incorporados em activos relativos a operações efectuadas entre essas entidades.

Para garantir uma homogeneização da informação das diversas entidades incluídas no perímetro de consolidação, os documentos de prestação de contas do Teatro José Lúcio da Silva, foram convertidos para o POCAL, através das reclassificações e ajustamentos necessários, uma vez que são elaboradas em SNC – Sistema de Normalização Contabilística.

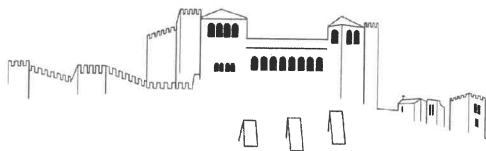
Nos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento foram anuladas as operações internas referentes a resíduos sólidos, empréstimos, tarifas de ligação de saneamento e consumo de água. Foram ainda, anulados os saldos das contas 26.4 – Administração Autárquica relativa a empréstimos e quantias de dívidas cobradas coercivamente.

No que se refere ao Teatro José Lúcio da Silva foram anuladas as operações referentes aos subsídios obtidos e à prestação de serviços efetuada ao Município.

III.4 – Informações relativas ao endividamento de médio e longo prazos

O total das dívidas a terceiros de curto, médio e longo prazo das entidades que compõem o grupo autárquico encontra-se espelhado no mapa infra e perfaz o montante de €29 219 572,69.

Encontram-se ainda identificadas as operações não orçamentais, tais como por exemplo as cauções, as garantias ou as retenções a entregar a outras entidades e o valor da contribuição do município para o Fundo Apoio Municipal (FAM).

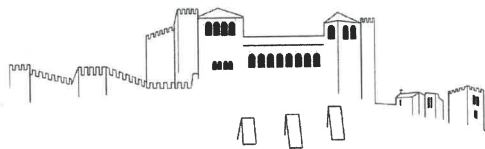


Município de Leiria

Grupo Autárquico

Conta	Descrição	Município	SMAS	TJLS	Total	Observações
21	Clientes	364 080,54	65 149,30	2 400,00	431 629,84	
217	Clientes e utentes com cações	364 080,54	0,00	2 400,00	366 480,54	Não Orçamental
219	Adiantamento de Clientes, Contrib. e Utes		65 149,30	0,00	65 149,30	Curto Prazo
22	Fornecedores	233 052,08	692 980,40	22 789,82	948 822,30	
221	Fornecedores c/c	183,65	0,00	22 789,82	22 973,47	Curto Prazo
228	Fornecedores em receção e conferencia	232 868,43	692 980,40	0,00	925 848,83	Curto Prazo
23	Empréstimos obtidos	23 655 317,97	0,00	0,00	23 655 317,97	
2311	Empréstimos obtidos - curto prazo	3 479 664,50	0,00	0,00	3 479 664,50	Curto Prazo
2312	Empréstimos obtidos - medio e longo prazo	20 175 653,47	0,00	0,00	20 175 653,47	Longo Prazo
24	Estado e Outros entes públicos	5 255,31	66 093,45	11 029,71	82 378,47	
242	Retenção de impostos sobre rendimentos	0,00	1 813,81	2 082,49	3 896,30	
2421	Trabalho dependente	0,00	0,00	1 474,99	1 474,99	Não Orçamental
2422	Trabalho independente	0,00	1 813,81	607,50	2 421,31	Não Orçamental
2424	Prediais	0,00	0,00	0,00	0,00	Não Orçamental
2425	Pensões	0,00	0,00	0,00	0,00	Não Orçamental
2428	Sobretaxa extraordinaria	0,00	0,00	0,00	0,00	Não Orçamental
2429	Sobre outros rendimentos	0,00	0,00	0,00	0,00	Não Orçamental
243	Imposto sobre o valor acrescentado	0,00	504,74	1 999,57	2 504,31	
2436	IVA a pagar	0,00	504,74	1 999,57	2 504,31	Curto Prazo
244	Restantes Impostos	0,00	0,00	0,00	0,00	
2441	Imposto de Selo	0,00	0,00	0,00	0,00	Não Orçamental
245	Contribuições para a Segurança Social	0,00	63 774,90	6 947,65	70 722,55	
2451	CGA	0,00	56 583,49	0,00	56 583,49	
24511	CGA - Descontos de Pessoal	0,00	11,85	0,00	11,85	Não Orçamental
24512	CGA - Encargos da Entidade	0,00	56 571,64	0,00	56 571,64	Curto Prazo
2453	Instituto Gestão Financeira Segurança Social	0,00	7 191,41	6 947,65	14 139,06	
24531	IGFSS - Descontos de Pessoal	0,00	4 899,27	2 372,01	7 271,28	Não Orçamental
24532	IGFSS - Encargos da Entidade	0,00	2 292,14	4 575,64	6 867,78	Curto Prazo
2452	Montepio Servidores Estado e ADSE	0,00	0,00	0,00	0,00	Não Orçamental
246	Serviço Estrangeiros e Fronteiras	5 242,16	0,00	0,00	5 242,16	
247	Direção Geral dos Impostos - Penhoras	0,00	0,00	0,00	0,00	Não Orçamental
248	Tribunais - penhoras	0,00	0,00	0,00	0,00	Não Orçamental
249	OSPML	13,15	0,00	0,00	13,15	Não Orçamental
26	Outros devedores e credores	2 406 641,48	1 706 624,33	114 082,32	4 227 348,13	
261	Fornecedores de imobilizado	1 538 483,96	77 660,40	0,00	1 616 144,36	
2611	Fornecedores de imobilizado, c/c	11 749,58	73 644,45	0,00	85 394,03	Curto Prazo
2612	Fornecedores de imobilizado - garantias	1 422 745,70	0,00	0,00	1 422 745,70	Não Orçamental
2614	Fornecedores de imobilizado - factoring	0,00	0,00	0,00	0,00	Curto Prazo
2618	Fornecedores de imobilizado c/c conferencia	103 988,68	4 015,95	0,00	108 004,63	Curto Prazo
262	Pessoal	75 650,44	0,00	32 890,77	108 541,21	
2621	Remunerações a Pagar	0,00	0,00	32 890,77	32 890,77	Curto Prazo
2629	Outras operações c/o Pessoal	75 650,44	0,00	0,00	75 650,44	Não Orçamental
263	Sindicatos	0,00	0,00	53,81	53,81	
264	Administração Autarquica - SMAS	3 566,06	798 770,69	0,00	802 336,75	Não Orçamental
266	Internalização	192 494,56	0,00	0,00	192 494,56	
268	Devedores e credores diversos	596 446,46	830 193,24	81 137,74	1 507 777,44	
2681	Outros Credores Diversos	415,37	0,00	0,00	415,37	Não Orçamental
2683	Credores Administrações Públicas - FAM	118 661,75	0,00	0,00	118 661,75	
26831	Fundo Apoio Municipal - M/L prazo	0,00	0,00	0,00	0,00	FAM
26832	Fundo Apoio Municipal - curto prazo	118 661,75	0,00	0,00	118 661,75	FAM
2684	Credores de transferencias das autarquias	88 750,00	0,00	0,00	88 750,00	Curto Prazo
2685	Credores por descontos de pessoal	0,00	0,00	0,00	0,00	Não Orçamental
2686/9	Credores diversos - Outros	326 223,73	789 271,70	81 137,74	1 196 633,17	Curto Prazo
		62 395,61	40 921,54	0,00	103 317,15	Não Orçamental
	Total das Dívidas a Terceiros	26 664 347,38	2 530 847,48	150 301,85	29 345 496,71	
	Contribuição do Município para o FAM	118 661,75	0,00	0,00	118 661,75	
	Total das Dívidas a Terceiros sem o FAM	26 545 685,63	2 530 847,48	150 301,85	29 226 834,96	
	Dívidas a terceiros - Médio e longo prazo	20 175 653,47	0,00	0,00	20 175 653,47	
	Dívidas a terceiros - Curto Prazo	4 498 318,74	1 725 351,86	143 393,54	6 367 064,14	
	Dívida Não Orçamental - Operações de Tesouraria	1 871 713,42	805 495,62	6 908,31	2 684 117,35	

Prestação de Contas Consolidadas 2019



Após movimentos de consolidação, ou seja, agregação dos diferentes elementos, segundo a sua natureza e eliminação das operações internas, nomeadamente créditos e débitos das entidades que integram o perímetro de consolidação, elaborou-se o seguinte mapa de endividamento consolidado:

Dívida após movimentos de Consolidação	
Dívidas a Terceiros de Médio e Longo Prazos	20 175 653,47
Empréstimos obtidos	20 175 653,47
Dívidas a Terceiros de Curto Prazo	8 278 508,95
Empréstimos obtidos - curto prazo	3 479 664,50
Fornecedores, c/c	1 052 811,00
Adiantamentos de clientes	65 149,30
Fornecedores de imobilizado, c/c	85 394,03
Outros credores e FAM	1 815 673,60
Garantias e cações	1 779 816,52
Total da Dívida Consolidada	28 454 162,42

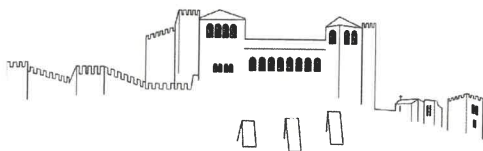
Verifica-se que o total da dívida consolidada a terceiros, à data de 31 de dezembro de 2019, é de €28 454 162,00.

Destes valores fazem parte as dívidas de curto prazo, no montante de €8 278 508,95, onde se encontra refletido o montante de €3 479 664,5 relativo às amortizações dos empréstimos a liquidar no ano seguinte.

A dívida de longo prazo totaliza €20 175 653,47 e diz respeito à parte dos empréstimos cujo vencimento vai para além de 2020.

Maturidade e Natureza da Dívida Bruta

As dívidas a terceiros de longo prazo, vencíveis a 4 ou mais anos, encontram-se espelhadas no mapa infra, bem como a finalidade para a qual foram contraídas.



Município de Leiria
Grupo Autárquico

Finalidade do Empréstimo	Entidade Credora	Valor do Empréstimo		Data		Capital em dívida no final de			
		Contratado	Utilizado	Visto TC	Vencimento	2020	2021	2022	2023
Obras Inscritas no Plano	BPI	2 457 630,00	2 457 630,00	19/10/2006	26/07/2021	175 545,00	0,00	0,00	0,00
Estádio Municipal EURO 2004	BPI	22 460 000,00	22 460 000,00	11/06/2003	06/06/2022	2 495 555,52	1 247 777,74	0,00	0,00
Estádio Municipal EURO 2004	BPI	9 700 000,00	9 700 000,00	18/12/2003	02/12/2023	1 886 111,08	1 347 222,20	808 333,32	269 444,44
Remodelação Estádio (LSP)	BPI/CGD	17 272 835,20	17 272 835,20	05/02/2014	15/09/2028	10 697 329,14	9 522 589,28	8 278 426,90	6 960 739,44
Estádio Municipal EURO 2004	DEXIA	12 644 526,00	10 252 318,35	25/10/2007	05/11/2032	4 921 112,73	4 511 019,99	4 100 927,25	3 690 834,51
Totais		62 077 361,20	59 685 153,55	-	-	20 175 653,47	16 628 609,21	13 187 687,47	10 921 018,39

III.5 – Informações sobre saldos e fluxos financeiros

Os mapas relativos aos fluxos financeiros do ano de 2019, reflectem a informação apurada pelo Município de Leiria enquanto entidade consolidante e a informação reportada pelas entidades consolidadas.

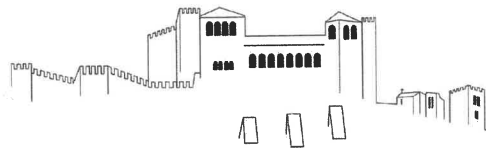
Tipo de fluxos	SMAS / ML									
	Obrigações/Pagamentos					Direitos/Recebimentos				
	Saldo Inicial	Obrigações constituídas no exercício	Anulações no exercício	Pagamentos do exercício	Saldo Final	Saldo Inicial	Direitos constituídos no exercício	Anulações no exercício	Recebimentos do exercício	Saldo Final
Empréstimos	0,00		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Relações Comerciais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	735 848,84	3 298,33	732 550,51	0,00
Outros	296 760,45	3 800 087,65	0,00	3 734 001,74	362 846,36	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Parcela de Terreno	0,00	19,22	0,00	19,22	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Resíduos Sólidos	296 760,45	3 800 068,43	0,00	3 733 982,52	362 846,36	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	296 760,45	3 800 087,65	0,00	3 734 001,74	362 846,36	0,00	735 848,84	3 298,33	732 550,51	0,00

Tipo de fluxos	TILS / ML									
	Obrigações/Pagamentos					Direitos/Recebimentos				
	Saldo Inicial	Obrigações constituídas no exercício	Anulações no exercício	Pagamentos do exercício	Saldo Final	Saldo Inicial	Direitos constituídos no exercício	Anulações no exercício	Recebimentos do exercício	Saldo Final
Subsídios	-	-	-	-	-	-	472 320,00	-	472 320,00	-
Relações Comerciais	-	561 938,13	-	561 938,13	-	-	181 907,70	-	181 907,70	-
Total	-	561 938,13	-	561 938,13	-	-	654 227,70	-	654 227,70	-

Tipo de fluxos	TILS / SMAS									
	Obrigações/Pagamentos					Direitos/Recebimentos				
	Saldo Inicial	Obrigações constituídas no exercício	Anulações no exercício	Pagamentos do exercício	Saldo Final	Saldo Inicial	Direitos constituídos no exercício	Anulações no exercício	Recebimentos do exercício	Saldo Final
Relações Comerciais	-	213,87	-	213,87	-	-	-	-	-	-
Total	-	213,87	-	213,87	-	-	-	-	-	-

Tipo de fluxos	SMAS / TILS									
	Obrigações/Pagamentos					Direitos/Recebimentos				
	Saldo Inicial	Obrigações constituídas no exercício	Anulações no exercício	Pagamentos do exercício	Saldo Final	Saldo Inicial	Direitos constituídos no exercício	Anulações no exercício	Recebimentos do exercício	Saldo Final
Relações Comerciais	-	-	-	-	-	-	213,87	-	213,87	-
Total	-	-	-	-	-	-	213,87	-	213,87	-

Prestitação de Contas Consolidadas 2019



III.6 – Informações relativas a compromissos

Os compromissos relativos a exercício futuros do grupo autárquico são os seguintes:

Rubrica Orçamental	Município	SMAS	Total
Despesas com Pessoal	-	-	-
Aquisição de Bens e Serviços	32 212 444,30	3 529 730,12	35 742 174,42
Transferencias Correntes	4 769 120,77	-	4 769 120,77
Outras Despesas Correntes	129 478,82	-	129 478,82
Aquisição de Bens de Capital	9 645 505,43	5 824 751,90	15 470 257,33
Transferencias de Capital	2 480 978,56	-	2 480 978,56
Ativos Financeiros	118 661,75	-	118 661,75
Total	49 356 189,63	9 354 482,02	58 710 671,65

Relativamente às garantias prestadas pelas entidades incluídas no perímetro de consolidação não existem quaisquer responsabilidades.

III.7 – Informações relativas a políticas contabilísticas

Os critérios valorimétricos utilizados na preparação das demonstrações financeiras foram os definidos no ponto 4 do POCAL, sendo as provisões para riscos e encargos determinadas pelo ponto 2.7.1 e as amortizações calculadas com base no ponto 2.7.2 do POCAL e pelo estabelecido no Cadastro e Inventário dos Bens do Estado (CIBE), aprovado pela Portaria n.º 671/2000, de 17 de Abril. Relativamente ao CIBE à que destacar o definido no artigo 34.º - Materialidade, onde é estabelecida uma taxa de amortização de 100% para os bens cujo valor de aquisição é inferior a 80% do índice 100 da escala salarial das carreiras do regime da função pública, que no ano de 2019 foi de €343,28 (80% significa €274,62).

Bens do domínio público

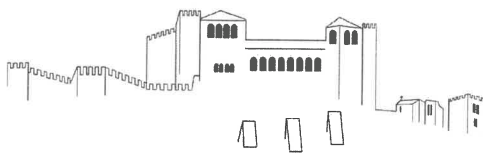
Os bens do domínio público são registados pelo custo de aquisição ou pelo valor atribuído pela Comissão de Avaliação.

As amortizações são calculadas pelo método das quotas constantes. As taxas de amortização aplicadas são as definidas no CIBE.

Imobilizações incorpóreas

As imobilizações incorpóreas são registadas ao custo de aquisição.

As amortizações são calculadas pelo método das quotas constantes. As taxas de amortização aplicadas são as definidas no CIBE, com a observância da materialidade, sendo definido um período máximo de cinco anos para as despesas de instalação, investigação e desenvolvimento (4.1.8 do POCAL).



Imobilizações corpóreas

As imobilizações corpóreas encontram-se registadas ao custo de aquisição, ou de produção. Quando se trata de imobilizações corpóreas obtidas a título gratuito, são utilizados dois procedimentos mediante a natureza do imobilizado. Nos bens móveis, ex. bens cedidos às escolas pelos Agrupamentos, se existir o documento de despesa, valoriza-se o bem de acordo com o custo, se não existir documento, o valor atribuído será zero. No caso dos bens imóveis, cedências de loteamentos, é a Comissão de Avaliação que atribui o valor.

Os bens são amortizados de acordo com o método das quotas constantes, às taxas fixadas no CIBE, respeitando o definido na materialidade.

Investimentos financeiros

Nos termos do disposto na Portaria n.º 474/2010, de 1 de julho, que aprova a Orientação n.º 1/2010, foi aplicado o Método de Equivalência Patrimonial como critério valorimétrico para as participações financeiras. De acordo com alínea c) do ponto 6.5 da Orientação n.º 1/2010, o Método de Equivalência Patrimonial aplica-se quando uma entidade pertencente ao grupo público exerce influência significativa sobre a gestão operacional e financeira de uma entidade.

Para efeitos de aplicação do Método de Equivalência Patrimonial, a Orientação n.º 1/2010 remete-nos para a NCRF n.º 13, publicada no Aviso n.º 15655/2009, de 7 de setembro.

De acordo com o parágrafo 19 da NCRF n.º 13, uma entidade tem influência significativa se detiver 20% ou mais do poder de voto na entidade participada.

Existências

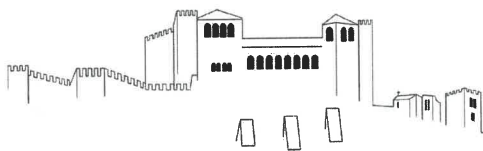
As existências estão valorizadas ao custo de aquisição. O custo é calculado da seguinte forma:

$$\begin{array}{|c|} \hline \text{Matérias-primas,} \\ \text{subsidiárias e de} \\ \text{consumo} \\ \hline \end{array} - \begin{array}{|c|} \hline \text{Custo de aquisição e} \\ \text{despesas adicionais} \\ \hline \end{array}$$

O critério de movimentação das saídas é o custo médio ponderado.

Acréscimos e diferimentos

Os proveitos e os custos são registados de acordo com o princípio da especialização dos exercícios, sendo reconhecidos à medida que são gerados independentemente do momento em que são recebidos ou pagos. Os subsídios ao investimento são contabilizados com a emissão da guia de recebimento.



Provisões

A constituição de provisões diz respeito às situações a que estejam associados riscos e que não se trate de uma simples estimativa de um passivo certo, não sendo a sua importância superior às necessidades. Assim, foram consideradas as cobranças duvidosas, a depreciação de existências e riscos e encargos.

Para efeitos de constituição de provisão para cobranças duvidosas, consideraram-se as dívidas de terceiros em mora há mais de seis meses e cujo risco de incobrabilidade seja devidamente justificado.

O montante anual acumulado de provisão para cobertura destas dívidas é determinado de acordo com as seguintes percentagens:

- 50% -Dívidas em mora há mais de 6 meses e até 12 meses;
- 100% -Dívidas em mora há mais de 12 meses.

Para efeitos de constituição da provisão para depreciação de existências, consideraram-se as existências em armazém há mais de um ano que não tiveram qualquer movimento de entrada e atualização de preços durante o ano de 2019. O montante anual acumulado de provisão resulta das diferenças entre o custo de aquisição e o preço de mercado, quando este for inferior àquele.

Para cálculo de provisões para riscos e encargos são considerados todos os pedidos de ressarcimento de danos por responsabilidade civil extracontratual e processos judiciais em que são solicitados e conhecidos os valores de indemnizações por danos materiais.

O apuramento de provisões para riscos e encargos inclui ainda valores calculados no âmbito dos art.º 16.º da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto.

Dívidas de e a terceiros

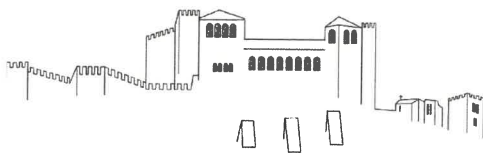
As dívidas de e a terceiros são expressas pelas importâncias constantes dos documentos que as titulam, sendo registadas em euros.

Disponibilidades

As disponibilidades de caixa e depósitos em instituições financeiras são expressas pelos montantes dos meios de pagamento e dos saldos de todas as contas de depósito, sendo os mesmos expressos em euros.

Não existem elementos incluídos nas demonstrações financeiras consolidadas expressos em moeda estrangeira.

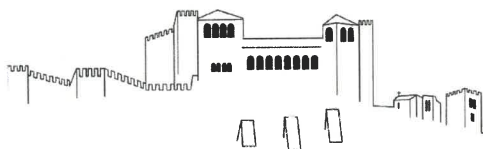
A informação contabilística relativa ao ano de 2019 é comparável com a prestada no exercício anterior, dado que foram mantidas as políticas contabilísticas e os princípios contabilísticos geralmente aceites.



III.8 – Informações relativas a determinadas rubricas

III.8.1) O quadro seguinte descreve os movimentos ocorridos nas rubricas do ativo fixo, durante o exercício de 2019.

EUROS	ACTIVO BRUTO					Ano: 2019	
	Rubricas	Saldo Inicial	Reavaliações / ajustamentos	Aumentos	Alienações	Transferências e abates	Saldo Final
BENS DE DOMÍNIO PÚBLICO		103 540 601,07	0,00	1 300 809,09	0,00	11 531 171,43	116 372 581,59
Terrenos e recursos naturais		8 173 459,98	0,00	20 000,00	0,00	352 959,87	8 546 419,85
Edifícios		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras construções e infra-estruturas		77 118 519,43	0,00	1 280 809,09	0,00	11 160 831,18	89 560 159,70
Bens do património histórico, artístico e cultural		299 658,48	0,00	0,00	0,00	21 380,38	321 038,86
Outros bens de domínio público		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Imobilizações em curso de bens de domínio público		17 948 963,18	0,00	0,00	0,00	-4 000,00	17 944 963,18
Adiantamentos por conta de bens de domínio público		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
IMOBILIZAÇÕES INCORPÓREAS		4 315 930,09	0,00	422 113,05	0,00	-58 378,77	4 679 664,37
Despesas de instalações		1 467 799,47	0,00	0,00	0,00	-20 289,02	1 447 510,45
Despesas de investigação e de desenvolvimento		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Propriedade industrial e outros direitos		2 352 849,43	0,00	409 966,80	0,00	-94 264,93	2 668 551,30
Planos e Projectos		401 268,87	0,00	0,00	0,00	161 023,13	562 292,00
Outras		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Imobilizações em curso de imobilizações incorpóreas		94 012,32	0,00	12 146,25	0,00	-104 847,95	1 310,62
IMOBILIZAÇÕES CORPÓREAS		326 586 647,00	-155 872,69	25 477 415,48	-81 695,24	-16 179 970,76	335 646 523,79
Terrenos e recursos naturais		20 782 564,26	0,00	0,00	-2 600,00	831 329,11	21 611 293,37
Edifícios e outras construções		208 616 234,24	23 834,92	874 998,07	0,00	15 150 644,70	224 665 711,93
Equipamento básico		21 398 536,76	-23 834,95	1 296 007,42	-79 095,24	-651 529,15	21 940 084,84
Equipamento de transporte		1 418 840,06	0,00	28 312,55	0,00	13 667,66	1 460 820,27
Ferramentas e utensílios		155 685,49	0,00	10 071,84	0,00	-21 723,50	144 033,83
Equipamento administrativo		6 533 746,28	183,08	350 508,85	0,00	-241 225,09	6 643 213,12
Taras e vasilhame		9 478,87	0,00	0,00	0,00	-5 048,87	4 430,00
Outras imobilizações corpóreas		820 629,30	0,01	68 199,93	0,00	39 463,24	928 292,48
Imobil. em curso de imobilizações corpóreas		66 850 931,74	-156 055,75	22 849 316,82	0,00	-31 295 548,86	58 248 643,95
INVESTIMENTOS FINANCEIROS		18 440 921,35	-3 838,93	57 166,94	0,00	0,00	18 494 249,36
Partes de capital		3 970 434,27	-3 838,93	56 979,05	0,00	0,00	4 023 574,39
Obrigações e títulos de participação (FAM)		2 135 911,50	0,00	0,00	0,00	0,00	2 135 911,50
Investimentos em imóveis		1 504 492,95	0,00	0,00	0,00	0,00	1 504 492,95
Outras aplicações financeiras		579,30	0,00	187,89	0,00	0,00	767,19
Imobilizado em Curso		10 829 503,33	0,00	0,00	0,00	0,00	10 829 503,33
TOTAL		452 884 099,51	-159 711,62	27 257 504,56	-81 695,24	-4 707 178,10	475 193 019,11



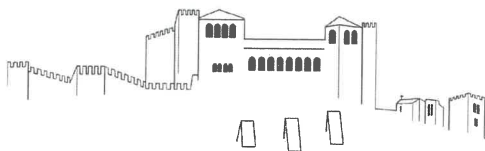
Mapa das Amortizações e Provisões Consolidado – 2019

	Saldo inicial	Reforço	Regularizações	Saldo final
De bens de domínio público	44 284 589,58	6 045 349,29	3 304 301,93	53 634 240,80
Terrenos e recursos naturais	-	-	-	-
Edifícios	-	-	-	-
Outras construções e infra-estruturas	44 157 273,34	6 038 518,05	3 304 301,93	53 500 093,32
Bens de património histórico, artístico e cultural	127 316,24	6 831,24	-	134 147,48
Outros bens de domínio público	-	-	-	-
De imobilizações incorpóreas	3 967 335,97	210 411,47	27 297,26	4 205 044,70
Despesas de instalação	1467 799,47	-	20 289,02	1447 510,45
Despesas de investigação e de desenvolvimento	-	-	-	-
Propriedade industrial e outros direitos	2 190 004,67	189 869,78	30 973,00	2 348 901,45
Planos e Projectos	309 291,98	20 541,69	78 559,28	408 392,95
Outros	239,85	-	-	239,85
De imobilizações corpóreas	106 500 987,95	7 889 590,50	3 299 082,90	115 647 221,91
Terrenos e recursos naturais	-	-	-	-
Edifícios e outras construções	82 055 783,14	6 037 801,62	1 892 311,10	90 957 063,76
Equipamento básico	17 407 564,08	1 272 382,65	915 601,91	17 528 807,72
Equipamento de transporte	1 143 709,66	69 280,60	39 834,84	1 173 155,42
Ferramentas e utensílios	148 615,23	4 120,29	22 789,57	129 945,95
Equipamento administrativo	5 177 290,17	445 435,98	420 198,07	5 231 202,28
Taras e vasilhame	8 433,03	90,28	4 947,82	3 575,49
Outras imobilizações corpóreas	559 592,64	60 479,08	3 399,59	623 471,29
De investimentos financeiros	176 222,13	-	59 209,56	235 431,69
Partes de capital	-	-	-	-
Obrigações e título de participação	-	-	-	-
De investimentos em imóveis	176 222,13	-	59 209,56	235 431,69
Terrenos e recursos naturais	-	-	-	-
Edifícios e outras construções	176 222,13	-	59 209,56	235 431,69
Outras aplicações financeiras	-	-	-	-
TOTAL	154 929 135,63	14 145 351,26	6 689 891,65	173 721 939,10

III.8.2) Indicação dos custos suportados no exercício e respeitantes a empréstimos obtidos para financiar imobilizações, durante a construção, que tenham sido capitalizados nesse período – Não aplicável.

III.8.3) Montante dos ajustamentos de valor dos activos abrangidos na consolidação que tenham sido objecto de amortizações e de provisões extraordinárias, feitas exclusivamente para fins fiscais, indicando os motivos que os justificaram – Não aplicável.

III.8.4) Indicação global, por categorias de bens, das diferenças materialmente relevantes, entre os custos de elementos do activo circulante, calculados de acordo com os critérios valorimétricos adoptados, e os respectivos preços de mercado – Não aplicável.



III.8.5) Fundamentação das circunstâncias especiais que justificaram a atribuição a elementos do activo circulante de um valor inferior ao mais baixo do custo ou do preço do mercado – Não aplicável.

III.8.6) Indicação e justificação das provisões extraordinárias respeitantes a elementos do activo circulante relativamente aos quais, face a uma análise comercial razoável, se prevejam descidas estáveis provenientes de flutuações de valor – Não aplicável.

III.8.7) Montante total das dívidas a terceiros apresentadas no balanço consolidado, cobertas por garantias reais prestadas pelas entidades incluídas no perímetro de consolidação, com indicação da respectiva natureza, forma e norma habilitante à sua concessão – Não aplicável.

III.8.8) Diferença, quando levada ao activo, entre as importâncias das dívidas a pagar e as correspondentes quantias arrecadadas, quando aplicável – Não aplicável.

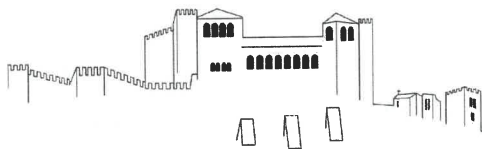
III.8.9) O valor líquido consolidado das vendas e das prestações de serviços encontra-se espelhado no quadro seguinte:

Vendas e Prestações de Serviços	
Mercaçorias	41 494,17
Produtos	6 044 093,80
Prestação de Serviços	14 765 799,56
TOTAL	20 851 387,53

III.8.10) Efeitos na determinação do resultado consolidado do exercício resultantes de critérios de valorimetria não previstos na alínea b) do item 4.5.2.2. destas instruções e decorrentes de amortizações e de provisões extraordinárias efectuados com vista a obter vantagens fiscais, quer tenham sido feitas durante o exercício ou em exercícios anteriores, bem como informações adicionais quando tal valorimetria tiver influência materialmente relevante nos impostos futuros do conjunto das entidades incluídas no perímetro de consolidação – Não aplicável.

III.8.11) Diferença entre os impostos imputados à demonstração consolidada dos resultados do exercício e dos exercícios anteriores e os impostos já pagos e a pagar relativamente a esses exercícios, desde que essa diferença seja materialmente relevante para a determinação dos impostos futuros – Não aplicável.

III.8.12) O quadro seguinte demonstra a evolução do número de trabalhadores do Universo Municipal, a saber, os trabalhadores do Município, os trabalhadores dos Serviços Municipalizados, os trabalhadores transitados para o município via extinção da empresa municipal Leirisport e os trabalhadores do Teatro José Lúcio da Silva.



Número de Trabalhadores						
Anos	2014	2015	2016	2017	2018	2019
N.º	745	788	797	827	818	827

Da análise ao quadro, conclui-se que houve aumento de recursos humanos no universo municipal.

III.8.13) No que se refere às remunerações dos Órgãos Sociais do perímetro de consolidação, apenas foram atribuídas pela entidade consolidante aos membros dos órgãos autárquicos.

Entidade	Remunerações €
Município	406.841,59 €
SMAS	-
TJLS	-

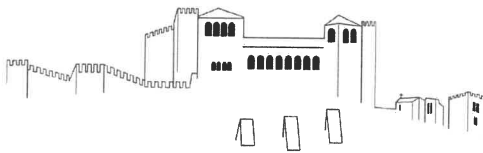
III.8.14) Indicação dos diplomas legais em que se baseou a reavaliação de imobilizações corpóreas ou de investimentos financeiros, bem como explicitação dos processos de tratamento da inflação adoptados para o cálculo, no caso de utilização de outros métodos de reavaliação – Não aplicável.

III.8.15) Elaboração de um quadro discriminativo das reavaliações – Não aplicável.

III.8.16) Indicação e comentário das contas do balanço e da demonstração dos resultados consolidados cujos conteúdos não sejam comparáveis com os do exercício anterior – Não aplicável.

III.8.17) O mapa infra demonstra a evolução das dívidas de terceiros do grupo consolidante.

Dívidas de terceiros	2016	2017	2018	2019
Empréstimos concedidos	360 000,00	0,00	0,00	0,00
Clientes c/c	85 815,51	67 146,84	102 666,31	93 711,34
Contribuintes c/c	279 849,20	215 901,73	104 008,99	86 703,65
Utentes c/c	2 918 788,60	2 589 569,89	2 638 413,77	2 227 292,37
Clientes de cobrança duvidosa	2 635 404,25	2 624 478,95	2 678 319,37	2 662 879,89
Estado e outros entes públicos	0,00	62 249,52	55 231,42	112 441,10
Outros devedores	2 012 311,48	3 519 891,49	2 463 272,15	2 306 483,33
Total	8 292 169,04	9 079 238,42	8 041 912,01	7 489 511,68



III.8.18) Os mapas seguintes demonstram o apuramento dos resultados financeiros e extraordinários consolidados.

Demonstração Consolidada dos Resultados Financeiros

Código das contas	2019	2018	Código das contas	2019	2018
681 - Juros Suportados	757 070,08	916 682,33	781 - Juros Obtidos	45 806,33	100 610,00
682 - Perdas em Entidades Participadas	-	-	782 - Ganhos Em Entidades Participadas	-	-
683 - Amortizações Investimentos em Imóveis	59 209,56	60 185,30	783 - Rendimentos de Imóveis	3 173 575,67	3 250 153,70
684 - Provisões Para Aplicações Financeiras	-	-	784 - Rendimentos de Participações de Capital	38 897,58	44 428,55
685 - Diferenças de Câmbio Desfavoráveis	-	-	785 - Diferenças de Cambio Favoráveis	-	-
687 - Perdas na Alienação de Aplicações de Tesouraria	-	-	786 - Desc. de Pto. Pagamento Obtidos	-	-
688 - Outros Custos e Perdas Financeiras	132 973,15	90 958,19	787 - Ganhos na Alien. Aplic. Tesouraria	-	-
RESULTADOS FINANCEIROS	2 320 300,87	2 335 439,79	788 - Outros Prov. E Ganhos Financeiros	11 274,08	8 073,36

Demonstração Consolidada dos Resultados Extraordinários

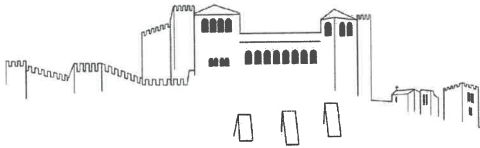
Código das contas	2019	2018	Código das contas	2019	2018
691 - Transferências De Capital Concedidas	4 921 728,68	3 159 966,89	791 - Restituição de Impostos	-	-
692 - Dívidas Incobráveis	-	7 964,65	792 - Recuperação de Dívidas	-	-
693 - Perdas Em Existências	15 318,48	3 965,68	793 - Ganhos em Existência	22 075,09	10 306,54
694 - Perdas Em Imobilizações	26 269,42	1 325 270,33	794 - Ganhos Imobilizações	149 031,52	2 299 642,42
695 - Multas E Penalidades	-	9 420,00	795 - Benefícios Penal. Contratuais	117 034,61	80 484,37
696 - Aumentos Amortiz. Provisões	-	32 858,54	796 - Reduções Amort. Provisões	417 646,66	507 001,51
697 - Correções Rel. Exerc. Anteriores	467 969,17	788 626,54	797 - Correções Relat. Exer. Anteriores	264 834,32	913 968,83
698 - Outros Custos E Perdas Extraordinários	74 957,21	32 204,62	798 - Outros Prov. Ganhos Extraordinários	5 002 763,69	4 078 671,37
RESULTADOS EXTRAORDINÁRIOS	467 142,93	2 529 797,79			

III.8.19) No exercício de 2019, o grupo autárquico municipal, teve os seguintes movimentos no que toca a provisões:

Conta	Provisões	Saldo inicial	Aumento	Redução	Saldo final
19	tesouraria	-	-	-	-
29.1	duvidosas	2 404 250,62	288 525,19	107 446,13	2 585 329,68
29.2	encargos	6 079 355,19	-	417 646,66	5 661 708,53
39	existências	6 309,05	-	-	6 309,05
49	financeiros	-	-	-	-
	Total	8 489 914,86	288 525,19	525 092,79	8 253 347,26

Prestação de Contas Consolidadas 2019

Handwritten notes and signatures in blue ink on the right margin, including a large '4' and various initials.



Relativamente às provisões para cobranças duvidosas verifica uma variação no montante de €181 079,06, que se traduz num aumento em cerca de 8% face ao exercício anterior.

Em sentido contrário, encontram-se as provisões para riscos e encargos, cujo montante diminuiu €417 646,66, ou seja cerca de 7%.

As provisões para depreciação de existências tiveram em conta em existências em armazém, há mais de um ano, que não tiveram qualquer movimento de entrada e a atualização de preços à data de 31 de dezembro. Tendo em conta que o grupo autárquico usa, para valorização das existências, o método do custo médio ponderado, verifica-se que a maioria dos bens se encontra valorizado correctamente, daí o montante provisionado.

III.8.19) Indicação dos bens utilizados no regime de locação financeira, com menção dos respectivos valores contabilísticos – Não aplicável.

III.8.20) Valor global das dívidas que se encontram tituladas, por rubricas do balanço consolidado, quando nele não estiverem evidenciadas – Não aplicável.

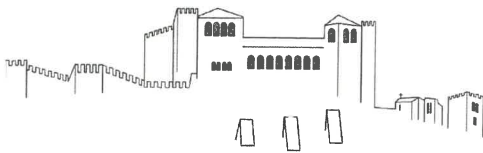
III.9 – Informações diversas

Dívida Total Consolidada

A Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro (RFALEI) veio, no seu art.º 52.º, estabelecer um novo conceito no que concerne o endividamento municipal, que é o de dívida total de operações orçamentais, que engloba entidades para além das que fazem parte do perímetro de consolidação, regendo-se pelos seguintes normativos:

Relativamente ao perímetro de consolidação não é correto assumir-se que o mesmo corresponde obrigatoriamente ao perímetro das entidades relevantes para efeitos de apuramento dos limites dívida total, isto, designadamente, porque:

- As entidades intermunicipais e associativas municipais relevam, em todos os casos, para o limite da dívida total dos municípios que as integram (em regra, a respetiva dívida de operações orçamentais é imputada de forma proporcional à quota do município para as suas despesas de funcionamento) e são entidades mãe ou consolidantes, pelo que nunca integramos perímetros de consolidação de qualquer município;
- As empresas locais relevam sempre (independentemente da percentagem de participação) para o perímetro de consolidação das entidades mãe ou consolidantes que participem no seu capital (conforme artigos n.º 75º, n.º 6, do RFALEI), quando a respetiva dívida (equivalente à de



operações orçamentais ao nível do município) só é considerada, na percentagem da participação, para efeitos do limite da dívida total dos municípios se não apresentarem equilíbrio de contas (conforme artigo n.º 54º, n.º 1, al. c), do RFALEI e artigos 40º e 41º da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto);

- As cooperativas e fundações podem relevar para o perímetro de consolidação das entidades mãe ou consolidantes que sejam cooperantes ou fundadores, desde que se verifiquem, ou que se presuma existir, elementos de poder ou de resultado (conforme artigo n.º 75º, n.º 4, al. c), e n.º 5 do RFALEI), sendo a respetiva dívida (equivalente à de operações orçamentais ao nível do município) sempre considerada, na percentagem de participação, para efeitos do limite da dívida total dos municípios (conforme artigo n.º 54º, n.º 1, al. d), do RFALEI);
- Finalmente, as empresas participadas (artigo n.º 3º e 51º e seguintes da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto) nunca serão incluídas no perímetro de consolidação das entidades consolidantes (pois, neste caso, não é susceptível existir controlo ou presunção de controlo por parte do setor local), mas a respetiva dívida pode relevar, nos mesmos termos das empresas locais, para o limite da dívida total dos municípios participantes.

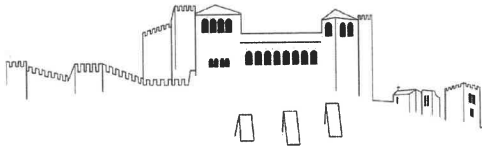
Assim, não se podem confundir ou pretender que sejam idênticos os perímetros das entidades relevantes para o limite da dívida total dos municípios e para a sua consolidação de contas ou das entidades intermunicipais e associativas municipais.

Face ao exposto e tendo em conta os dados publicados pela DGAL, o limite da dívida total para 2019 é €123 357 167,81, como se demonstra no quadro seguinte:

Receita Corrente Líquida	Valores €
Ano 2016	79 569 458 €
Ano 2017	80 429 542 €
Ano 2018	86 715 335 €
Média dos 3 anos	82 238 112 €
1,5 vezes a Média	123 357 167,81 €

Para efeitos de apuramento da receita corrente líquida cobrada do ano dos Municípios é somada a receita corrente líquida cobrada pelos respetivos Serviços Municipalizados. Por forma a não se verificar uma duplicação da receita considerada, são expurgadas do apuramento, a receita corrente líquida cobrada pelo Serviço Municipalizado ao Município e a receita corrente líquida cobrada pelo Município ao Serviço Municipalizado, em cada um dos anos.

De notar que o limite apresentado é o global previsto no n.º 1 do art.º 52.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, sendo que, para os Municípios cujo valor da dívida total a 31 de dezembro de 2019 seja inferior ao valor aqui apurado, a sua margem de endividamento será determinada de acordo com o

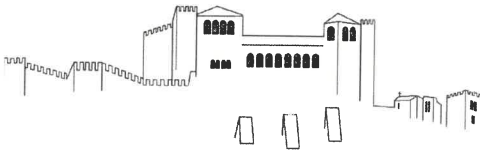


previsto na alínea b) do n.º 3 do art.º 52.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, ou seja "...só pode aumentar, em cada exercício, o valor correspondente a 20 % da margem disponível no início de cada um dos exercícios".

De acordo com o explanado, a dívida total das operações orçamentais das entidades do grupo autárquico é de €35 068 100,00. Deste modo, a margem de endividamento do grupo é de €95 676 384,00, sendo que, de acordo com a informação da DGAL, poderá ser utilizado o montante de €25 965 617,00.

O quadro seguinte demonstra a desagregação da dívida total a terceiros, por cada uma das entidades que compõem o grupo autárquico e cujo montante ascende a €29 345 496,71.

Descrição	Município	SMAS	TJLS	Total
Total das Dívidas a Terceiros (a)	26 664 347,38	2 530 847,48	150 301,85	29 345 496,71
Contribuição do Município para o FAM (b)	118 661,75	-	-	118 661,75
Dívida Não Orçamental - Operações de Tesouraria (c)	1 871 713,42	805 495,62	6 908,31	2 684 117,35
Dívida Total das Operações Orçamentais sem FAM (d=a-b-c)	24 673 972,21	1 725 351,86	143 393,54	26 542 717,61



Handwritten mark

★★★★★★

IV. Relatório de Gestão Consolidado

Handwritten mark

★★★★★★★★★★

Handwritten mark

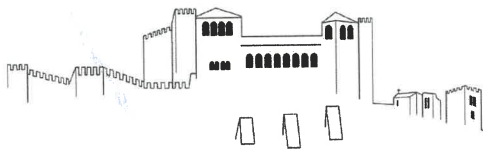
Handwritten mark

Handwritten mark

Handwritten mark

Handwritten mark

Handwritten mark



IV – Relatório de Gestão Consolidado

Enquadramento

A consolidação de contas apresenta-se como uma ferramenta de gestão que tem como objetivo elaborar as demonstrações económicas e financeiras de um conjunto de entidades ligadas entre si como se de uma única entidade se tratasse, procurando dar uma imagem apropriada e verdadeira da situação financeira e dos resultados do grupo municipal, permitindo uma análise e avaliação das políticas públicas locais.

De acordo com a Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, que estabelece o regime financeiro das autarquias locais e das entidades intermunicipais (RFALEI), tendo em conta as normas previstas na Portaria 474/2010, de 15 de junho, através da qual é aprovada a orientação n.º 1/2010, que estabelece um conjunto de princípios que devem estar subjacentes à consolidação e contas e face às instruções do grupo de trabalho SATAPOCAL, as entidades que, para além do Município, fazem parte do perímetro de consolidação do Grupo Autárquico são as empresas do setor empresarial local detidas na totalidade e os serviços municipalizados.

Entidades a consolidar

SERVIÇOS MUNICIPALIZADOS DE ÁGUA E SANEAMENTO DE LEIRIA

Os SMAS de Leiria, têm como principal atividade a captação, tratamento e distribuição de água para consumo doméstico, industrial, comercial, público e outro. Prestação de serviços de saneamento com recolha e transporte de águas residuais.

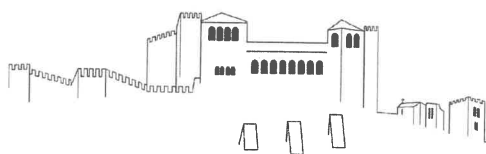
TEATRO JOSÉ LÚCIO DA SILVA

O Teatro José Lúcio da Silva tem como principal atividade a produção de espetáculos e atividades culturais. Esta entidade foi considerada como um serviço municipalizado no processo de consolidação.

Síntese da Atividade Consolidada

Balanço

O Balanço pretende retratar a estrutura económico-financeira, apresentando a situação do património do Grupo Autárquico à data de encerramento do exercício de 2019, dando a conhecer, por um lado, o Activo do Grupo, constituído pelos bens e direitos que representam a aplicação de fundos, isto é, a sua

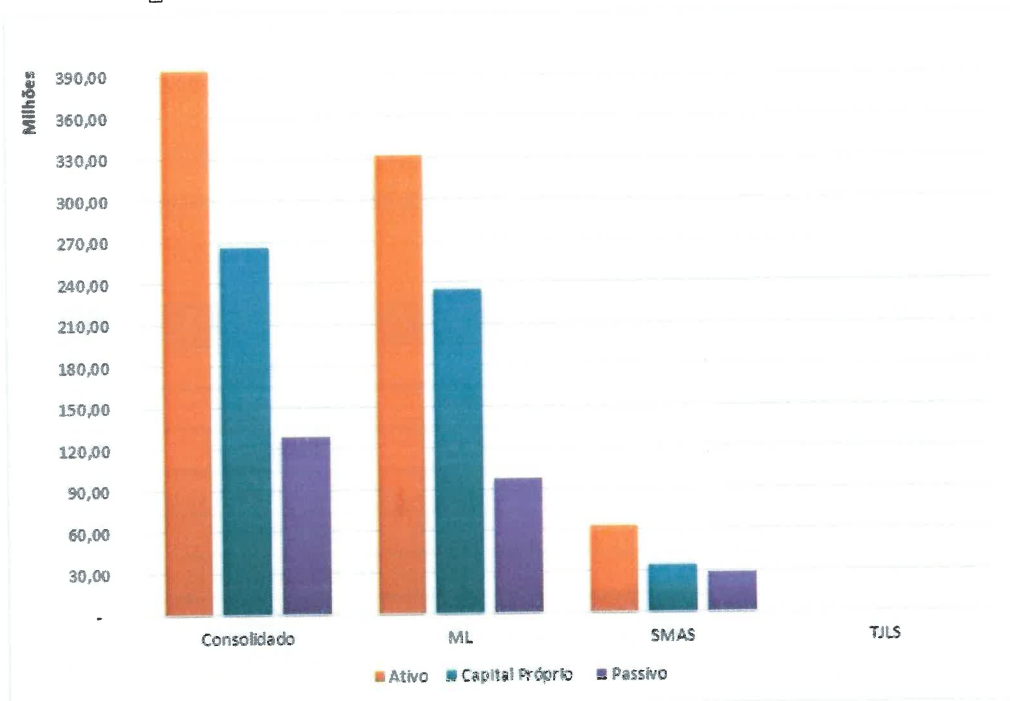
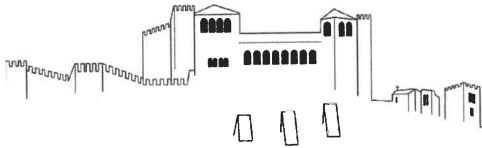


estrutura económica, e, por outro lado, o Passivo e o Capital Próprio do Grupo que representam a estrutura financeira, ou seja, a origem dos fundos.

Relativamente ao ano de 2019, o ativo consolidado cifra-se em €394 093 695,55, o passivo consolidado em €128 647 695,53 e os fundos próprios do grupo autárquico totalizam €265 446 000,02.

Balanço Consolidado Grupo Autárquico	2019	2018
Ativo	394 093 695,55	395 937 707,41
Ativo Fixo	301 471 079,99	297 954 963,88
Bens do domínio público	62 738 340,79	59 256 011,49
Imobilizações incorpóreas	474 619,67	348 594,12
Imobilizações corpóreas	219 999 301,86	220 085 659,05
Investimentos financeiros	18 258 817,67	18 264 699,22
Ativo Circulante	63 732 609,22	69 316 067,58
Existências	705 070,68	656 679,24
Dívidas de terceiros	4 904 182,00	5 637 661,39
Depósitos em instituições financeiras e caixa	58 123 356,54	63 021 726,95
Acréscimos e diferimentos	28 890 006,34	28 666 675,95
Fundos próprios	265 446 000,02	257 327 622,29
Património	124 361 673,54	123 125 733,01
Ajustamentos de partes de capital em associados	226 232,41	206 739,52
Reservas de reavaliação	163 047,40	163 047,40
Reservas legais	27 646 776,13	26 672 529,18
Reservas Livres	55 673,33	55 673,33
Subsídios	58 178,59	58 178,59
Reservas Doações	5 989 879,91	5 987 833,57
Reservas decorrentes da transferência de ativos	12 487 726,65	12 487 726,65
Resultados transitados	83 621 013,83	72 199 106,17
Resultado líquido do exercício	10 835 798,23	16 371 054,87
Passivo	128 647 695,53	138 610 085,12
Provisão para riscos e encargos	5 661 708,53	6 079 355,19
Dividas a instituições de crédito de m/l prazo	20 175 653,47	28 312 345,30
Empréstimos de m/l prazo	20 175 653,47	28 154 020,61
Outros credores de m/l prazo	0,00	118 661,80
Fornecedores de imobilizado m/l prazo	0,00	39 662,94
Dívidas a terceiros - curto prazo	11 648 334,95	11 610 940,82
Acréscimos e diferimentos	91 161 998,58	92 607 443,81
Fundos próprios + Passivo	394 093 695,55	395 937 707,41

O gráfico seguinte mostra a composição do balanço, quer consolidado, quer das entidades individuais.



O resultado líquido consolidado de 2019 foi de €10 835 798,23, verificando-se uma diminuição face ao período homólogo, no montante de €5 535 256,64.

Demonstração de Resultados

A estrutura da Demonstração de Resultados Consolidada adequa-se ao previsto no POCAL, apresentando os resultados das operações económicas (custos e proveitos) do grupo durante o ano de 2019.

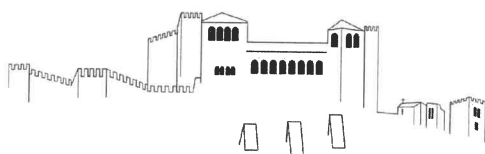
Com a Demonstração de Resultados pretende-se aferir o grau de eficiência económica atingindo de forma a prognosticar a capacidade do grupo autárquico em gerir fluxos de caixa.

Analisando a estrutura dos Custos e Perdas do Grupo Autárquico, podemos, desde logo, constatar que são os fornecimentos e serviços externos e os custos com pessoal que mais contribuem para o seu total.

Do lado dos Proveitos verifica-se que a rubrica mais relevante é a dos Impostos/Taxas, no entanto, tanto as Vendas e Prestações de serviços, como as Transferências e Subsídios representam uma grande fatia dos proveitos do grupo autárquico.

O resultado líquido do exercício traduz uma capacidade do grupo autárquico em gerar proveitos para fazer face aos custos e criar margem para continuar a consolidar o investimento. Verifica-se que o resultado final do exercício advém essencialmente da atividade operacional do grupo consolidado.

Prestação de Contas Consolidadas 2019



CUSTOS			PROVEITOS		
	2019	2018		2019	2018
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas:	4 515 626,95	815 875,09	Vendas e prestações de serviços	20 851 387,53	19 761 744,62
Fornecimentos e serviços externos	29 208 089,70	29 487 650,37	Impostos e Taxas	34 693 271,63	35 255 960,73
Custos com o pessoal:	17 731 060,21	16 827 055,02	Varição da produção	15 343,59	-
Transferências e Sub Corr Conc e Prest Sociais	3 932 582,33	3 331 667,46	Trabalhos para própria Entidade	126 537,55	25 844,36
Amortizações do imobilizado corpóreo e incorpóreo	14 145 351,26	12 847 418,72	Proveitos suplementares	58 796,02	23 832,29
Provisões	181 079,06	852 481,24	Transferências e Subsídios	22 238 586,64	20 911 618,87
Outros custos operacionais	408 008,67	353 327,05	Outros proveitos e ganhos operacionais	186 229,65	42 291,37
Total A)	70 121 798,18	64 515 474,95	Total B)	78 170 152,61	76 021 292,24
Outros juros e custos similares	949 252,79	1 068 006,31	Outros juros e proveitos similares	3 269 553,66	3 403 446,10
Total C)	71 071 050,97	65 583 481,26	Total D)	81 439 706,27	79 424 738,34
Custos e perdas extraordinários	5 506 242,96	5 360 277,25	Proveitos e ganhos extraordinários	5 973 385,89	7 890 075,04
Total E)	76 577 293,93	70 943 758,51	Total F)	87 413 092,16	87 314 813,38
Imposto sobre o rendimento do exercício	-	-			
Total G)	76 577 293,93	70 943 758,51			
Resultado líquido do exercício consolidado	10 835 798,23	16 371 054,87			
Total F)	87 413 092,16	87 314 813,38			

Indicadores Económicos e Financeiros

Os indicadores de gestão são uma forma de análise sintética que pelo facto da sua construção se basear em agregados patrimoniais diversificados, transmitem uma visão global da situação económica do grupo autárquico.

São geralmente utilizados como sinais da evolução da situação financeira de uma entidade e como determinantes na apreciação da sua capacidade de endividamento.

No entanto, no caso do grupo autárquico, há que ter em atenção que o activo engloba uma série de bens que não poderão servir de garantia de endividamento perante terceiros por não serem hipotecáveis ou alienáveis, nomeadamente os bens de domínio público e, eventualmente, bens privados necessários à prestação de utilidades públicas.

Apesar destas limitações, estes indicadores do grupo consolidado permitem-nos ter uma perspectiva da tendência evolutiva dos diversos componentes patrimoniais.

	Indicadores	2019	2018	2017	2016
Liquidez Geral	Activo circulante / Passivo Circulante	90,09%	94,02%	88,86%	82,28%
Liquidez Reduzida	Activo Circulante – Existências / Passivo circulante	89,40%	93,39%	88,23%	81,68%
Activo Circulante	Existências + Dívidas de terceiros + Disponibilidades + Acréscimos e diferimentos	92 622 615,56	97 982 743,53	91 057 323,39	85 461 447,67
Passivo Circulante	Dívidas a terceiros curto prazo + Acréscimos e diferimentos	102 810 333,53	104 218 384,63	102 475 418,62	103 861 361,15
Taxa de Cobertura activo circulante pelo Fundo Maneio	Fundo Maneio / Activo Circulante	63,51%	64,99%	56,06%	57,65%
Fundo Maneio	Existências + Disponibilidades	58 828 427,22	63 678 406,19	51 046 928,06	49 266 126,69
Endividamento	Dívidas a m_l e curto prazo / passivo total	25%	29%	30%	32%
Grau de dependência dos empréstimos m/l prazo	Empréstimos m_l / Activo Líquido	5,12%	7,11%	8,21%	9,64%
Autonomia financeira	Fundos Próprios / Passivo Total	2,06	1,86	1,74	1,55
Cobertura do imobilizado pelos fundos permanentes	Fundos Permanentes / Imobilizado Líquido	94,74%	95,81%	93,68%	90,83%
Fundos Permanentes	Fundos Próprios + Empréstimos m/l prazo	285 621 653,49	285 481 642,90	278 904 024,34	268 938 875,94
Imobilizado Líquido	Bens de domínio público + Imobilizado corpóreo e incorpóreo + investimentos financeiros	301 471 079,99	297 954 963,88	297 712 409,38	296 082 136,58

Da análise efetuada, verifica-se que, de uma forma geral, a evolução é positiva, tendo em conta que o rácio do endividamento diminuiu, face a 2018, em cerca de 4%, cifrando-se nos 25%.

Também a autonomia financeira evolui positivamente, apresentando valores superiores a 1, que significa que o Grupo Autárquico se caracteriza por uma fraca dependência do financiamento externo.

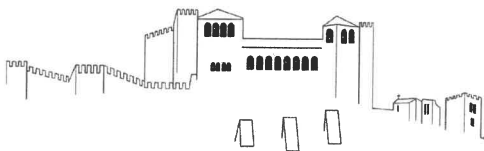
Importa referir e considerando que é do conhecimento generalizado, no passado dia 11 de março de 2020, a OMS declarou o surto do novo coronavírus, designado COVID-19, como pandemia.

Existem notícias que indicam que diversos sectores da economia podem ser afetados por efeitos diretos e indiretos provocados pela doença, estando em causa, entre outros possíveis efeitos, a disrupção ou limitação de fornecimentos de bens e serviços ou incapacidade de virem a ser cumpridos compromissos contratuais, pelas diversas contrapartes, podendo como tal, alterar-se a perceção e avaliação do risco de atividade.

Os efeitos decorrentes deste evento para as atividades desenvolvidas pelo Grupo Autárquico, apresentam-se à data incertos, no entanto terão com certeza um impacto negativo ao nível da receita, o que condicionará a realização de despesa.

No entanto, as decisões tomadas pelos órgãos executivo e deliberativo assentam em regras de prudência, pelo que se entende que as obrigações assumidas não são geradoras de riscos que não possam ser regularmente suportados pelas entidades que compõem o grupo municipal.

Prestação de Contas Consolidadas 2019



Município de Leiria

Grupo Autárquico

Assim, o Grupo Autárquico admite a exposição ao risco associado ao surto COVID-19, podendo o mesmo traduzir-se em perdas relevantes no ano de 2020 não passíveis de quantificação, no entanto, considera-se que estas contingências não colocam em causa continuidade das suas atividades.

[Handwritten signatures and initials in blue ink, including 'A', 'P', 'Jc', 'JA', and 'U']

